



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

AVULSO***Proposta de Emenda à Constituição*****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O artigo 116, da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Ministério Público tem por Chefe o Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado.

§ 1º Fica assegurado que o Governador do Estado nomeará para a relevante função quem vencer as eleições promovidas pelo Ministério Público Estadual, para preenchimento do referido cargo.

§ 2º O Procurador Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, na forma da lei complementar respectiva.

§ 3º Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador Geral da Justiça concorrer às vagas de que trata o artigo 35 desta Constituição.

§ 4º Para que haja apenas um turno, um dos participantes terá de obter, no mínimo, 50% e mais 1 voto do total de votantes em todo o estado.

§ 5º Não se alcançando o mínimo de votos determinado no artigo anterior, os dois candidatos mais votados no 1º turno disputarão o 2º turno, visando o mesmo cargo. O novo pleito deverá ocorrer no prazo máximo de três semanas, contados da data da realização do 1º turno.

§ 6º A nomeação de quem for declarado vencedor ou vencedora, terá de ser feita pelo Governador do Estado no prazo máximo de 15 dias úteis.

§ 7º Caberá à Procuradoria Geral de Justiça, de comum acordo com os Procuradores e Promotores de

Justiça, baixar normas que visem garantir ampla e total transparência ao pleito.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Geraldo Cartário, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho, Cida Borghetti, Ney Leprevost, Luiz Fernandes Litro, Pastor Edson Praczyk, Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Elio Rusch, Durval Amaral e Rosane Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil passa por notáveis transformações, com a maioria dos brasileiros condenando cada vez, e com veemência, a ingerência ou introdução de estranhos em decisões do Poder Judiciário ou nas ações do Ministério Público.

O Governador que durante seu reinado tenta impor à força alguém de sua intimidade pessoal ou política para comandar o Ministério Público, temendo eventuais ações contra seu Governo, num amanhã, que pode ou não estar muito longe, na mudança de Governo, poderá ser vítima de ações de uma suprema autoridade do Ministério Público, que venha a utilizar a relevante função contra o autoritário de hoje. A independência do Judiciário e do Ministério Público é bom para todos, independente de siglas partidárias, pois fica bem claro que as autoridades, tanto do TJ como no MP, terão ampla isenção para agir, isto é, com a garantia de que não haverá nenhuma pressão de autoridades de outros poderes, semeando justiça para todos os cidadãos.